

Acumulação flexível e a articulação do terceiro setor em educação

Mirian Mayumi Takahashi

RESUMO: O artigo trata das relações entre a fase atual do capitalismo, ainda em configuração, denominada Acumulação Flexível e a articulação do Terceiro Setor em educação, especificamente, sobre as Organizações não-governamentais (ONG's) que atuam na área da educação como mecanismos atenuadores das tensões sociais produzidas nesse contexto político e econômico. Isso ocorre na medida em que esses mecanismos complementam ou compensam a educação pública apontando como falho e ineficaz o serviço público e legitimando ideologicamente a intervenção privada na educação. Pretende-se nesse estudo traçar, nos limites de um artigo, alguns fenômenos dessa fase de reestruturação do modo de produção capitalista determinantes para a articulação do Terceiro Setor justificando seu caráter atenuador. Construído com o apoio das discussões produzidas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos Históricos da Filosofia e da Educação (GEFHE) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus Foz do Iguaçu, e com a pesquisa teórica e conceitual apoiada em autores que tratam dessa fase atual do capitalismo relacionando-a com a reorganização do trabalho e com a educação. Feitas, ao longo do texto, as relações entre a fase atual do capitalismo e o Terceiro Setor em educação, pode-se argumentar ainda que as intervenções de ONG's na educação pública não ocorrem de forma passiva. Há um conjunto de críticas sendo formado não somente pela academia como também por uma parcela significativa da sociedade que acompanha as informações dadas pelos veículos de comunicação quando tratam de investigações fiscais de ONG's a serviço da corrupção. Conjunto de críticas que possibilitam reforçar os movimentos em defesa da educação pública.

Palavras-chave: Educação pública; Acumulação Flexível; Terceiro Setor e Organizações não-governamentais.

Email para contato: mirian_takahashi@hotmail.com

Introdução

Nos anos finais do século XX a transição do Fordismo ao que convencionou-se chamar de *Acumulação Flexível*² originou novos métodos de organização da produção industrial e do trabalho, afim de conter as crises oriundas do modelo anterior. Porém esse “novo” ainda incompleto, configura-se inseparável aos problemas da transição e das contradições do capitalismo dispondo-se já de mecanismos atenuadores dos conflitos sociais.

Importa nesse estudo discutir as relações existentes entre esse novo modelo de acumulação, que se configura no plano da economia e da política mundial, e a articulação do chamado “Terceiro Setor” na educação. Em específico, acerca do trabalho desenvolvido por Organizações não-governamentais (ONG's) de complementação do serviço público.

Da rigidez à flexibilidade

Para efeito de compreensão acerca da temática é necessária uma breve descrição da transição do Fordismo para a Acumulação Flexível e das configurações desse modelo de reestruturação do modo de produção capitalista. O Fordismo, modelo organizacional do trabalho oriundo da indústria automotiva de Henry Ford, na linha industrial estabelecia uma produção em grande escala para um consumo em massa prevendo que os trabalhadores gastassem seus salários de forma a alimentar essa procura (consumo em massa) e isso seria possível com a implantação da jornada de oito horas que disponibilizava ao trabalhador tempo livre para consumir.

Assim tinha por característica também a intenção de regular a vida do trabalhador fora do seu trabalho. O Estado nesse momento desempenhava um papel importante para a manutenção dos ditames industriais sobre o consumo, o trabalho e a vida em sociedade. Assim a estabilidade econômica e social era na medida do possível preservada via políticas fiscais sobre investimentos públicos, políticas de seguridade social e controle dos acordos salariais dos trabalhadores industriais. Provendo um mínimo de garantias, como nas áreas da educação e saúde, em alguns casos complementando salários baixos

Mas esse Estado provedor não adentra por todo o globo. Países como o Brasil, de história civilizatória recente, colonizados, subdesenvolvidos e não industrializados estavam muito longe de terem um Estado de bem-estar-social estruturado como o tinham os países ao norte da linha do Equador.

Assim esse mesmo modelo que previa um mínimo de qualidade de vida afim de manter uma massa consumidora, segundo Harvey (1992), inicia uma crise por parte das desigualdades em acordos salariais de uma nação-Estado para outra, de alguns setores da economia industrial não poder oferecer salários compatíveis ao outros setores e assim gerar uma exclusão de parte da classe trabalhadora no consumo e no acesso ao emprego privilegiado. Emprego esse predominantemente de uma força de trabalho branca, masculina e sindicalizada, pauta de uma série de críticas ao movimento sindical que, segundo os excluídos dessa categoria, seguia apenas objetivos fragmentados.

Em outras palavras, o “perfeito” sistema de produção-consumo-produção não funcionou de forma homogênea em todas as economias, principalmente nas que tinham como base a produção de mercadorias intermediárias que não eram de consumo maciço e tinha como alvo consumidor outro produtor industrial capitalista. Outro fator relevante que originou sucessivas crises foi o pesado investimento em capital constante, feito no sentido de aprimorar as forças produtivas, que colocou “em xeque” a segurança dos empregos da classe trabalhadora resultando em um aumento do dispêndio estatal, que não só desencadeou um forte descontentamento social como também a crise de superprodução oriunda da diminuição do poder de compra e assim do consumo.

Nesse sentido o Estado de bem-estar-social já não garantia mais a estabilidade social justamente por essa conflituosa função de atender às necessidades da esfera privada e de responder às demandas sociais. Após várias tentativas de superação da crise de superprodução, como a expansão geográfica dos mercados, a desvalorização de produtos e até mesmo a queima de estoques e impressão de moedas, foi conveniente e necessária a articulação de mudanças na produção industrial que passariam a moldar a organização do trabalho.

Essa articulação também tem sua origem na indústria automotiva. O Toyotismo, como é chamado em virtude de ser o padrão industrial da montadora japonesa Toyota, implantou

pioneiramente parâmetros de produção, de organização do trabalho e de consumo que ainda se configuram no restante da organização da sociedade e de seus espaços na perspectiva da acumulação flexível, como veremos mais adiante no caso da educação. A produção dessa perspectiva, diferentemente do Fordismo, não está mais voltada ao grandes volumes, os estoques passam a ser diminuídos e até inexistentes. O que passa a ser viabilizado é uma variedade maior de produtos. Da idéia de produzir muito para muitos passa-se a produzir de forma diferenciada para segmentos específicos de consumidores.

A evolução tecnológica, característica inerente do capitalismo, torna-se fundamental para esse processo, pois a produção para atender essa demanda diversificada sem estoques necessita acelerar. Antes quando padronizado o produto e estocado, os repetitivos movimentos do trabalhador perante a máquina e cada qual em uma etapa da produção eram suficientes para suprir a demanda. Com essa diversificação na produção, essa mesma maquinaria fordista não daria conta de diferentes produtos, sendo necessário então o desenvolvimento de uma tecnologia que possa garantir multifuncionalidade na automação, fatores presentes por exemplo na microeletrônica.

Dadas essas mudanças, o setor de serviços cresce e o contrato de força de trabalho terceirizada ganha amplitude maior por diminuir os gastos e as responsabilidades do empregador sobre o trabalhador. Organizações empresariais passam a permear com maior veemência as relações de indústria e comércio. A multifuncionalidade antes mencionada não se restringe às forças produtivas. Hoje essa inovação exige que o trabalhador também se torne multifuncional, criativo, capaz de tomar rápidas decisões. Não se trata mais então do proletariado fabril, trabalhando em massa, e organizando-se nesse sentido.

Sobre essa mudança Ricardo Antunes e Giovanni Alves também afirmam que: Com a retração do binômio taylorismo/fordismo vem ocorrendo uma diminuição do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. (ANTUNES; ALVES, 2004)

As relações de trabalho flexibilizadas (subcontratações, jornada de trabalho alternada entre os trabalhadores) e as multifunções determinadas ao trabalhador acabam por individualizá-lo e a colocá-lo em espírito de concorrência na medida em que a insegurança paira sobre os postos de trabalhos, o que também desmobiliza sindicatos e os movimentos de reivindicação da classe trabalhadora. O desemprego estrutural aumenta no ritmo do desenvolvimento das forças produtivas que requerem maior grau de formação profissional e com o estabelecimento da idade de vida produtiva³, o que culmina na exclusão dos jovens por serem inexperientes para o trabalho e de idosos por considerá-los improdutos e incompatíveis ao progresso tecnológico tão ansiado. E mais, a dimensão dessa problemática é ainda maior em países que mal tiveram a plena estruturação do Estado de bem-estar-social.

Mas então como sobreviveram e ainda se mantém os marginalizados do modelo anterior e também os excluídos da conjuntura atual que subsistem na busca de “um lugar ao sol”? Pois bem, uma das alternativas articuladas pela necessidade de subsistência do trabalhador marginalizado é o emprego informal, precarizado e muitas vezes em conflito com leis fiscais e de ordem pública, que ganha apoio na medida em que se transforma em uma solução para o trabalhador se manter independente das políticas sociais estatais e não engrossa as fileiras de desempregados na busca do trabalho formal.

Assim, é importante argumentar também sobre a função do Estado, mediante todas essas transformações, que ainda tenta superar problemas do modelo anterior e já dispõe-se de “novas” contradições. O Estado no padrão flexível de acumulação articula-se diferentemente do Estado de bem-estar-social. As garantias mínimas de educação, saúde e habitação das políticas sociais do modelo anterior, além de terem sido insuficientes a ponto de serem preludadas como falidas, não encaixam-se compativelmente às mudanças da organização do trabalho. É preciso nesse momento menor intervenção estatal, pois a rígida regulamentação, supostamente, impede a flexibilidade econômica e o desenvolvimento do empreendedorismo no trabalho.

O discurso, em leitura de entrelinhas, volta-se para a idéia de que diminuindo-se os benefícios estatais aos trabalhadores, esses acabam por desenvolverem alternativas criativas, empreendedoras, multifacetadas de subsistência, ou seja, perfeitas para o novo perfil de trabalhador. Feitos alguns esclarecimentos acerca das transformações políticas e econômicas do modo de produção capitalista, chega o momento de relacioná-las com a questão central da discussão.

O Conceito de “Terceiro Setor” e a sua função social na perspectiva da acumulação flexível.

É difícil dissertar a respeito das consequências da acumulação flexível fora do âmbito da organização do trabalho pelo fato de que as transformações ainda se configuram longe de estarem completas e por estarmos inseridos nesse contexto em curso. Porém em determinados setores, como na educação, alguns fenômenos já estão sendo discutidos e relacionados à fase de acumulação flexível, como é o caso da articulação do “Terceiro Setor” nessa área.

É válido pois, para a discussão a definição do termo “Terceiro Setor”.

Como afirma Carlos Montaña (2002), o uso do termo “Terceiro Setor” propõe subjetivamente a idéia de uma sociedade dividida em setores desarticulados e estabelecidos na seguinte ordem: primeiro setor (Estado), segundo setor (economia) e terceiro setor (sociedade civil). Esse equívoco, além de isolar um elemento do outro, iguala a sociedade civil ao termo “Terceiro Setor”. Importa assim esclarecer que o “Terceiro Setor” é um fenômeno oriundo das correlações de forças e interesses de classes que desempenha uma função social atrelada às transformações reestruturativas do capital via organizações da sociedade civil.

A função social do “Terceiro Setor no momento em que a acumulação do capital flexibiliza-se está vinculada às tensões sociais produzidas pela retirada gradual do Estado na economia e nas questões sociais, combinada com o desenvolvimento das forças produtivas que em consequência gera um aumento do desemprego estrutural somado ao agravante da diminuição das responsabilidades do Estado:

A tensão social causada por esses efeitos colaterais inerentes ao modo de produção capitalista, põe em risco sua própria sobrevivência enquanto modelo de organização da sociedade sendo assim, para assegurar sua manutenção, faz-se necessário criar mecanismos que atenuem essa tensão social, desenvolvida pelas características internas do capitalismo que produz necessariamente devastação e miséria [...] (SOUZA, 2008).

O “Terceiro Setor” então, articula-se como um atenuador dessas tensões inerentes ao modo de produção capitalista e cumpre essa função com a estruturação das Organizações não-governamentais (ONG's) que ideologicamente presumem ser uma resposta às seqüelas sociais das quais o Estado e a iniciativa privada já não minoram.

As Organizações não-governamentais: âncoras da sustentabilidade do capital

As ONG's têm suas origens delineadas pelas entidades filantrópicas de qualidade religiosa tanto católica quanto protestante e também pelos movimentos sociais. Mas, segundo Arthur de Moraes Silva (2005), com as mudanças dadas pela reorganização do padrão de acumulação capitalista e com a criação dos organismos multilaterais de manutenção da hegemonia do capitalismo avançado essas entidades generalizadamente passam a ser compreendidas como organizações situadas para além do Estado, porém da esfera privada de interesse público, assim Organizações não-governamentais.

Essa conceituação generalizada agrupa num mesmo aspecto todas as forças sociais independente de suas reais intenções (reivindicatórias, populistas, reformistas), pois: Na realidade, à classe dominante e dirigente capitalista interessa homogeneizar, em nome de um certo “pluralismo” político, nos limites de um regime democrático social-democrata ou reformista, todas as forças sociais que se instituem como ONG's tratando-as igualmente como entidades privadas, “sem fins lucrativos”. (SILVA, 2005, p.165)

Assim, ao mesmo tempo que a reorganização flexibilizada do capital impõe o propósito de contenção das tensões sociais, afim de preservar a “saúde” do modo de produção capitalista, às organizações da sociedade civil, a classificação ideológica dessas organizações como entidades privadas não-lucrativas desarticula as possibilidades de que elas possam vir a trabalhar na perspectiva de lutar por mudanças estruturais da sociedade capitalista (e não por medidas compensatórias), comprometidas com a classe trabalhadora.

As ONG's, no sentido de operarem aliadas ao propósito acima mencionado, exercem proliferadamente nos mais diversos setores da sociedade o seu papel compensador das desigualdades sociais e da pobreza. Uma das evidências coerente com essa afirmativa é a admissão de parte dos trabalhadores desempregados e deslocados em meio à reorganização do mundo do trabalho pelas atividades dessas organizações. Em outras palavras, elas empregam parte dos sujeitos abortados⁴ pelo mercado de trabalho, não selecionados pela “máquina pública” ou então desprovidos das condições materiais mínimas para ocuparem um posto de trabalho formal.

Esse fator aparentemente pode surtir como uma ação positiva por parte das ONG's, porém é necessário colocar que as atividades por elas ofertadas são compensatórias e assim não têm estabilidade suficiente para manter empregos fixos. Os contratos de trabalho por esse motivo, podem ser precários, com base em subcontratações e com remanejamento constante. As atividades mencionadas compensatórias variam conforme a área de atuação das ONG's e quando ofertadas em forma de projetos ou programas tendem relativamente a serem inconstante a respeito do tempo de duração, espaço/localidade e sobre qual o público alvo, pois esses fatores dependem dos recursos financeiros que também variam quanto a origem.

ONG's que trabalham em educação comumente desenvolvem projetos que complementam o trabalho das escolas públicas e compensam as carências sociais e econômicas das classes mais abastadas e oriundas dos maiores bolsões de pobreza, majoritariamente nos países periféricos. Como exemplo podemos citar as atividades de combate ao analfabetismo, de reforço escolar no contra turno da escola pública, artísticas e as profissionalizantes combinadas com a assistência em saúde, alimentação e com a prestação de serviços sociais (proteção à infância e à adolescência, registro e documentação civis, auxílio em questões previdenciárias).

Contudo, há de se fazer uma observação intrínseca à já definida função do “Terceiro Setor” na conjuntura social e econômica atual. Na medida em que as ONG's desempenham o papel de suprir as carências na área da educação complementando ou compensando esse serviço público com “pitadas” assistencialistas, mesmo que não seja o objetivo de muitas, elas acabam por evidenciar e apontar grotescamente essas deficiências figurando-se como “redentoras” das mazelas do capitalismo selvagem a ponto de desfocar e dissimular as discussões e lutas pela qualidade e melhoria da educação, em específico da escola pública.

Outro ponto importante, é o entendimento de que a deficiência dos serviços públicos, em grande parte, decorre dos investimentos públicos no setor privado, próprio do Estado “mínimo” referido anteriormente. Montañó (2002, p. 156), com que diz respeito a essa transferência de recursos de uma esfera para outra, considera que a retirada estatal sob afirmativa de falência ou de esgotamento de financiamento dos serviços públicos se deve ao uso do Estado para objetivos privados do capital como o clientelismo eleitoral, investimentos em obras necessárias à industrialização, aos créditos a fundo perdido do capital e ainda a compra de votos em projetos governamentais.

A destinação de recursos e a isenção de despesas em seguridade social de ONG's que comprovem ser sem “fins lucrativos”, é legitimada em muitos documentos oficiais de Estado e de governos com apoio (exigência) dos organismos multilaterais (Banco Mundial, ONU - UNESCO) que lançam suas políticas de caráter privatista sobre a educação dos países periféricos em favor da hegemonia capitalista dos países desenvolvidos.

No Brasil essa legitimação documentada oficialmente é vista como por exemplo no texto da Constituição Federal (1988): Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I – comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;
II – assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) complementa a Constituição Federal ao colocar que o recursos públicos poderão ser repassados às entidades comprovadamente sem fins lucrativos e que não distribuam resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto. E que prestem contas ao Poder Público dos recursos recebidos.

Dada essa legitimação interessada, é importante compreender os fatores que fazem da educação espaço privilegiado de atuação das ONG's.

Organizações não-governamentais em educação: alternativa que conforma

Consideramos já que a ação de ONG's em educação exerce a função atenuadora das tensões sociais e ainda aponta as falhas do serviço público de forma a colaborar com a reprodução do modo de produção capitalista e a legitimar a necessidade da intervenção privada. Mas isso não ocorre somente pelo fato de essas organizações compensarem ou complementarem um serviço de caráter e direito público retraído pelas condições da conjuntura atual do capitalismo já exposto anteriormente.

A educação enquanto área privilegiada do conhecimento que tem a função de humanizar, formar e atualizar o indivíduo em contexto com uma dada sociedade e momento histórico, é o espaço predileto das ações de ONG's justamente por esse caráter formativo. No entanto, é desse caráter formativo que a esfera privada se apropria para transformá-lo em conformativo. Isso se dá à medida que cresce o número de projetos de organizações que atendem crianças e adolescentes de extrema pobreza oriundos de escolas públicas oferecendo-lhes atendimento pedagógico combinado com a assistência social e de saúde (que raramente é encontrado em escolas públicas por não ser de natureza da escola) tratando diretamente e remediadamente as questões de suas necessidades materiais.

Porém essa combinação que conforma esses indivíduos caracteriza também uma contradição. É notável a possibilidade de que crianças, adolescentes e conseqüentemente as famílias criem um vínculo de dependência com essas organizações, fato que foge ao objetivo real das ONG's. Em outras palavras, não há o interesse por parte das ONG's de sustentar de forma vitalícia os marginalizados pelo capitalismo e muito menos de suprir todas as suas necessidades, justamente por elas serem mecanismos da sociedade capitalista e, no momento, inerentes ao projeto neoliberal. E quando têm opiniões contrárias a essa função, desconhecem ou acreditam que possam atenuar essa condição capitalista, podem ainda, à medida que cresce a demanda, diminuir a qualidade de seus serviços ou precarizar seus espaços de atuação.

Considerações finais, possibilidade e desafio

Evidenciados os fatores que apontam a função das ONG's no contexto histórico, político e econômico da fase de reestruturação capitalista atual, convém esclarecer que a crítica dirige-se então à estruturação dessas organizações concernente a esse momento não supondo-se um determinismo absoluto sobre o papel dessas organizações em outros possíveis momentos do capitalismo.

É válido, pois, acrescentar que mesmo sob as condições determinantes do modo de produção capitalista (no momento, em seu aspecto flexível), as relações entre as ONG's e a sociedade não ocorrem de forma passiva. A sociedade capitalista nesse sentido é espaço das correlações de forças existentes entre esses mecanismos atenuadores dos conflitos sociais e as tensões geradas por essa mesma sociedade.

Prova disso são as pesquisas acadêmicas acerca do “Terceiro Setor”, propriamente das Organizações não-governamentais. Sem contar ainda com uma significativa parcela da sociedade que informada e consciente já opina de forma crítica as ONG's à medida que surgem na mídia tanto informações negativas (investigações fiscais e institucionais) como supostamente positivas (grandes arrecadações para institutos educacionais e assistenciais, parcerias com programas de consciência ecológica e sustentável).

Considerando a existência, ainda que prematura, de uma consciência crítica acerca do “Terceiro Setor” em educação é necessário desde já pensar sobre os rumos que essas críticas poderão tomar, se seguirão aspectos para reformar ou transformar as bases que legitimam essa intervenção.

O caráter reformista está presente nos discursos que indicam a possibilidade de utilizar as próprias estruturas institucionais do Terceiro Setor (mesmo que dentro das condições da fase de acumulação capitalista tratada nesse texto) para beneficiar a educação pública. A possibilidade ansiada e próxima da intenção de transformar as bases de legitimação da

intervenção do “Terceiro Setor” pauta-se em ampliar o conjunto das discussões sobre essa problemática em variados espaços da sociedade desde que tenham a intenção de chamar atenção dos que defendem ingenuamente ou não as ONG's em educação de forma a cristalizar o conjunto de idéias que objetivam a defesa da educação pública e comprometida com os desfavorecidos, quando não esquecidos, pela sociedade capitalista.

Se a história da humanidade até o momento foi construída pela luta de classes, da educação não seria diferente. O grande desafio da questão exposta nesse texto e de demais outras relacionadas à educação, se encontra no diálogo entre os diferentes, no enfrentamento dos desiguais hoje ideologicamente nivelados. Ir ao encontro dos espaços em conflitos, e das contradições ainda é necessário para o desvelamento da realidade e da construção da consciência crítica afim de contribuir com os movimentos de defesa da escola pública e de resistência aos ditames do capitalismo sobre a educação.

Notas

1 - Acadêmica do curso de especialização em Fundamentos teóricos e metodológicos dos anos iniciais e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Fundamentos Históricos da Filosofia e da Educação (GEFHE), ambos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus Foz do Iguaçu. Graduada em Pedagogia. Email para contato: mirian_takahashi@hotmail.com

2 Termo originário de David Harvey encontrado em A condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992. e investindo em obras públicas, como nos setores de transporte e comunicação, obviamente a serviço das necessidades privadas e do desenvolvimento da indústria, o Estado cumpria o seu papel burguês de manutenção da ordem, assim denominado Estado de bem-estar-social.

3 - Na lógica dessa reorganização do trabalho, o trabalhador passa a ter vida útil como se fosse possível lhe dar prazo de validade.

4 - Em referência aos trabalhadores que nem chegaram efetivamente a ocuparem algum posto de trabalho da esfera privada.

Referências bibliográficas

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.** Revista Educação & Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004

HARVEY, David. **A Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Artur de Moraes. **Voluntariado que faz a sua parte: a falácia do combate à pobreza.** 2005. 253f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2005.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade**

social da empresa: “amigos da escola” e outras formas de participação. 2008. Tese (doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.